



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

**9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**

**4 de julho de 2019**

**Ata da Décima Quarta Sessão Extraordinária**

Às dezessete horas e vinte e oito minutos do dia quatro do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Fabion Gomes, Nilton Franco e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Apresentação de Matérias. Foi entregue o Projeto de Lei que recebeu o número 259/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro. Em seguida, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 1.208, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 7/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre a implementação dos efeitos financeiros decorrentes das promoções dos militares estaduais realizadas no dia 21 de abril de 2019, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 97/2019, a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins promulga a Lei número 3.483, de 4 de julho de 2019. À Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Leis números: 238/2019, Projeto de Lei de Conversão originário da Medida Provisória número 9/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre o reconhecimento e a convalidação dos



## ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

registros imobiliários referentes a imóveis rurais no Estado, na forma que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 165/2019; 239/2019, Projeto de Lei de Conversão originário da Medida Provisória número 10/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “concede isenção de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação- ICMS nas operações internas e interestaduais de pescados, na forma que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 166/2019; 240/19, Projeto de Lei de Conversão originário da Medida Provisória número 6/2019 de autoria do Senhor Governador do Estado que “altera a Lei número 3.422, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 2/1019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 3/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre a realização do teste do coraçãozinho (oximetria de pulso), e adota outras providências”,



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

que deu origem ao Processo número 87/2019; 7/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui do Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins-Fuspto, e adota outras providências” que deu origem a Processo número 264/2019 ; 8/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera os arts. 3º e 6º da Lei número 3.046, de 16 de dezembro de 2015, que institui o Fundo para Modernização da Polícia Civil do Estado do Tocantins-Fumpol/TO” que deu origem ao Processo número 265/2019; 25/2019, de autoria do senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento ao consumidor de informações e documentos por parte de operadoras de plano ou seguro privado de assistência à saúde no caso de negativa de cobertura e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 53/2019; 28/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar”, que deu origem ao Processo número 36/2019; 49/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre o monitoramento eletrônico de agressor de violência doméstica e familiar contra a mulher, seus familiares e/ou testemunhas, no âmbito do Estado do Tocantins”, que



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

deu origem ao Processo número 30/2019; 151/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “determina que pessoas feridas em acidente de trânsito sejam levadas, pelo Corpo de Bombeiros ou pelo Serviço Móvel de Urgência à Samu, para hospitais conveniados aos seus planos de saúde”, que deu origem ao Processo número 157/2019; 223/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei número 1.201, de 29 de dezembro de 2000, que concede crédito fiscal presumido do ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 266/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 11/2019, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Resolução número 338, de 6 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a atribuição dos cargos de provimento em comissão da estrutura da Mesa Diretora, Lideranças, Comissões Permanentes e Gabinetes de Deputados e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 198/2019; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

2/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar número 13, de 18 de julho de 1997, que dispõe sobre regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 229/2019, o qual, votado, nominalmente, foi aprovado com dezenove votos sim, perfazendo um total de dezenove votantes e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 5/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o inciso V do art. 2º da Lei número 2.097, de 13 de julho de 2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH/TO”, que deu origem ao Processo número 29/2018; 233/2019, Projeto de Lei de Conversão originário da Medida Provisória número 5/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “institui a jornada de trabalho especial no âmbito da Secretaria de Saúde, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 41/2019; 10/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “revoga a Lei número 3.192, de 2 de março de 2017, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins a



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

área de terreno urbano que especifica”, que deu origem ao Processo número 75/2018; 2/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, em que “fica vedado o adiamento da cobrança de tributos para a transferência de propriedade de veículos automotores no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 5/2019; 5/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a proibição de corte no fornecimento de energia elétrica e água com menos de 60 dias de atraso do pagamento no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 116/2019; 6/2019, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “institui o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu”, que deu origem ao Processo número 230/2019; 7/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a importância dos pais ou responsáveis serem informados sobre a ausência do aluno na escola”, que deu origem ao Processo número 117/2019; 11/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “obriga as montadoras de veículos, por intermédio de suas concessionárias ou importadoras, a fornecerem carro reserva similar ao do cliente, quando em razão de vício de fabricação do produto, o automóvel não puder ser utilizado pelo consumidor por prazo superior a quinze dias, por falta de peças originais ou qualquer outra impossibilidade de realização do serviço”, que deu origem ao



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Processo número 42/2019; 27/2019, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos, que “assegura a todas as mulheres do Estado do Tocantins a gratuidade e a obrigatoriedade da realização da investigação e dos exames clínicos e laboratoriais que se fizerem necessários para a identificação precoce de trombofilia, bem assim o respectivo tratamento e acesso aos materiais médicos e aos medicamentos correspondentes, na rede pública de saúde, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 65/2018; 43/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 133/2019; 56/2019, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “institui no âmbito do Estado do Tocantins, o Dia Estadual de Combate ao Femicídio e a Semana Estadual de Combate ao Femicídio”, que deu origem ao Processo número 200/2019; 60/2019, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Augusta e Respeitável Loja Maçônica José Clemente Pereira Número 14, localizada no município de Xambioá do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 205/2019; 64/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “estabelece a vedação da proibição de entrada dos servidores públicos do Hemocentro em



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

toda a Administração Pública Direta e Indireta do Estado”, que deu origem ao Processo número 48/2019; 65/2018, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “altera o dispositivo da Lei Ordinária Estadual número 2.578, de 20 de abril de 2012”, que deu origem ao Processo número 95/2018; 66/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a divulgação de laudos técnicos de vitorias realizadas em equipamentos públicos como pontes, viadutos e passarelas, no sítio eletrônico oficial do Poder Executivo do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 57/2019; 67/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal número 11.340/2006, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 46/2019; 75/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui no Estado do Tocantins a Semana de Combate à Violência e ao Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 63/2019; 76/2019, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Edison José Dutra”, que deu origem ao Processo número 103/2019; 77/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre as penalidades



## ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

de revenda de combustível adulterado e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 137/2019; 90/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Desportiva Cristalândia”, que deu origem ao Processo número 134/2019; 98/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o “Alerta Amber”, no âmbito territorial do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 96/2019; 100/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Entidade Lar de Savana, com sede em Araguaína”, que deu origem ao Processo número 148/2019; 104/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de registro por parte dos hospitais públicos e privados no Estado do Tocantins, dos recém-nascidos com Síndrome de Down e todas as outras síndromes identificadas ou suspeitas, e de sua imediata comunicação às instituições, entidades e associações especializadas que desenvolvam atividades com as pessoas com deficiência, e estabelece outras providências”, que deu origem ao Processo número 99/2019; 110/2019, de autoria da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco, que “cria o Cadastro Estadual de Usuários e Dependentes de Drogas no Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

80/2019; 114/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a instituição da Semana Estadual de combate à depressão infantil e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 79/2019; 1172019, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense à Juíza Célia Regina Régis”, que deu origem ao Processo número 145/2019; 121/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “institui o terceiro domingo de novembro como o “Dia Estadual em Memória das Vítimas de Trânsito no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 216/2019; 122/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “institui o Dia Estadual de Conscientização e Enfrentamento a Fibromialgia, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 104/2019; 123/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao professor e escritor Júnio Batista do Nascimento”, que deu origem ao Processo número 105/2019; 126/2019, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “declara de Utilidade Pública Estadual a entidade Instituto Social e Cultural Araguaia, localizada no município de Araguaína”, que deu origem ao Processo número 187/2019; 129/2019, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “inclui a Romaria da Serra do Estrondo, realizada no município de Paraíso do



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Tocantins, no Calendário Oficial de Eventos Religiosos do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 214/2019; 130/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Pró-Tocantins”, que deu origem ao Processo número 108/2019; 147/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Dearley Kuhn”, que deu origem ao Processo número 155/2019; 150/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Lucas Agra Pimentel”, que deu origem ao Processo número 156/2019; 152/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a Política Estadual de Prevenção e Tratamento da Leishmaniose Visceral Canina – LVC no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 276/2019; 171/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia da Poesia”, que deu origem ao Processo número 170/2019; 185/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Dr. Luís Otávio de Queiroz Fraz”, que deu origem ao Processo número 183/2019; 195/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense à Dra. Rosemary Latrônico”, que deu origem ao



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Processo número 227/2019; 208/2019, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Paulo Freire II, Agrovila II, no município de Rio dos Bois – TO”, que deu origem ao Processo número 241/2019; 1/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “institui o Programa de Aposentadoria Incentivada destinado aos Magistrados e aos integrantes do Quadro de Servidores Efetivos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 210/2019; 1/2017, de autoria do Tribunal de Justiça, que “disciplina o uso dos termos cartório e cartório extrajudicial no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 115/2017; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e dez minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário*

*Presidente*

*2º Secretário*